



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

Pós-Graduação *Lato Sensu*

**Educação Infantil com Foco em Educação
Especial e Inclusão**

Sumário

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento.....	3
2. Características Técnicas do Curso	3
3. Público Alvo	4
4. Critérios de Seleção	4
5. Justificativa do Curso	4
6. Objetivos do Curso	5
7. Competências e Habilidades do Egresso.....	6
8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem	7
9. Estágio Não Obrigatório	9
10. Matriz Curricular	11
11. Carga Horária.....	12
12. Conteúdo programático	12
13. Infraestrutura Física e Pedagógica	36

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: Educação Infantil com Foco em Educação Especial e Inclusão

Área de Avaliação (CAPES): Educação

Grande Área (CAPES): Ciências Humanas (7.00.00.00-0)

Área do Conhecimento (CAPES): Educação (7.08.00.00-6)

Classificação OCDE: Educação

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número máximo de vagas por Polo/Unidade: 1000 alunos

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público Alvo

O curso destina-se a educadores e demais interessados no aperfeiçoamento e atualização de práticas voltadas à Educação Infantil e direcionadas às práticas específicas na área de Educação Especial.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de inscrição no portal da Instituição e entrega dos documentos solicitados. Em seguida, analisados pela área competente.

5. Justificativa do Curso

A oferta da Especialização em Educação Infantil se justifica pela necessidade de se pensar a formação de profissionais para atuação nesta modalidade de ensino, visto que a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9394/96, a Educação Infantil foi reconhecida como primeira etapa da educação básica, sendo realizada com base no critério de faixa etária, ou seja, em creches até os três anos e em pré-escolas dos quatro aos seis anos.

Em relação à área de Educação Especial, é fato que a demanda por profissionais qualificados para trabalhar em contextos educacionais inclusivos se faz cada vez mais presente devido às políticas educacionais inclusivas que se expandiram nas últimas décadas. As escolas de Educação Infantil do sistema de ensino privado ou público, vem sendo desafiadas pela necessidade de respeito à diferença e à diversidade. Os educadores precisam se dispor a dialogar sobre a inclusão, a acolher e desenvolver ações voltadas para a permanência de todos os estudantes, desde o início da escolaridade regular. Para isso, é necessária a mudança de postura o que requer transformações

nas concepções e nos princípios que embasam o ensino que respeite a singularidade de cada estudante.

O curso tem a intenção de capacitar educadores para elaborarem, executarem e avaliarem propostas de práticas voltadas à Educação Especial na modalidade da Educação Infantil, de forma comprometida com o acolhimento e respeito pelos estudantes que fazem parte da população alvo da Educação Especial.

Além disso, propõe-se a atender às necessidades de educadores que desejam ampliar, atualizar e aprofundar conhecimentos para o desenvolvimento de ações para a construção de espaços educacionais inclusivos, instrumentalizando-os para a criação, implementação e avaliação de planos que inclua o uso da tecnologia assistiva e da comunicação alternativa no Atendimento Educacional Especializado – AEE e que visem diminuir as barreiras do processo de escolarização.

6. Objetivos do Curso

6.1. Objetivo Geral

- Preparar educadores para atuar com mais eficácia e eficiência no contexto da Educação Especial na modalidade da Educação Infantil, respeitando as especificidades, necessidades, demandas e interesses dessas duas áreas.

6.2. Objetivos Específicos

- Instrumentalizar os profissionais para atuarem na Educação Infantil, fornecendo subsídios teóricos e metodológicos para a efetivação de processos educacionais dessa modalidade na área de Educação Especial;
- Conhecer e analisar as políticas públicas educacionais e a legislação tanto para a Educação Infantil como para a Educação Especial no Brasil.

- Promover reflexões sobre os fundamentos históricos, sociopolíticos, pedagógicos e psicológicos envolvidos no contexto da Educação Infantil.
- Propiciar conhecimentos acerca das metodologias específicas da área de Educação Especial e sua aplicação na Educação Infantil.

7. Competências e Habilidades do Egresso

Competências

Ser capaz de elaborar, executar e avaliar processos e projetos educacionais inclusivos, envolvendo os conhecimentos das políticas públicas de inclusão, das tecnologias assistivas e demais conteúdos propostos no curso.

Habilidades

- Apropriar-se e empregar de forma consistente os conhecimentos da Educação Infantil na construção de processos na área de Educação Especial;
- Compreender as potencialidades das artes e da ludicidade como estimuladoras do processo de aprendizagem e empregá-las como recursos nas práticas de Educação Especial;
- Desenvolver e aplicar a criatividade, a iniciativa, o acolhimento e o olhar avaliativo, observando o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes que necessitam de atendimento especializado na Educação Especial;
- Aplicar os conhecimentos teóricos e metodológicos da tecnologia assistiva e comunicação alternativa nas práticas educativas na Educação Infantil.

8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).
- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Com a finalidade de maximizar o aprendizado, o aluno contará também com 1 (uma) aula ao vivo por mês. Esta aula será ministrada de forma remota por um professor especialista. Por meio disto, o aluno terá acesso a conhecimento prático e atualizado, possibilitando uma compreensão mais profunda dos tópicos abordados no curso.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubramento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

9. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da

análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

O estágio curricular não obrigatório do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* segue as diretrizes estabelecidas pela Lei Nº 11.788/2008.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

I. proporcionar o exercício do aprendizado compromissado com a realidade socioeconômica-política do país;

II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e

III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e também do Departamento de Estágios.

10. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0 h	0 h	0 h
A criança como produtora cultural	0 h	40h	40h
Legislação, políticas e inclusão na educação infantil	0 h	40h	40h
Ludicidade, currículo e avaliação na educação infantil	0 h	40h	40h
Didática: planejamento e qualidade	0 h	40h	40h
Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem	0 h	40h	40h
Problemas e distúrbios de aprendizagem	0 h	40h	40h
Tecnologia assistiva e comunicação alternativa	0 h	40h	40h
<i>Diagnóstico e estratégias de intervenção para TEA</i>	0 h	40h	40h

As linguagens da arte e a criança	0 h	40h	40h
-----------------------------------	-----	-----	-----

11. Carga Horária

A carga horária de 360h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

12. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Ensino a distância: características desta modalidade de estudo. A tecnologia e o ensino à distância. Legislação do Ensino a Distância no Brasil. Aspectos relacionados ao perfil no Ensino a Distância.

Competências e Habilidades:

- Compreender a modalidade de ensino a distância.
- Identificar uma relação entre tecnologia e educação no contexto do EAD;
- Discutir elementos da legislação do ensino a distância no Brasil;
- Refletir sobre o perfil do aluno em ensino a distância.

Conteúdo Programático 1: Introdução ao Ensino a Distância.

Conteúdo Programático 2: Tecnologia e educação.

Conteúdo Programático 3: Legislação do Ensino a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 4: Perfil do aluno no Ensino a Distância.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n. 9.394/96**. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 6 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n. 7, de 18 de dezembro de 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 6 dez. 2022.

GIL, H. A passagem da Web 1.0 para a Web 2.0 e... Web 3.0: potenciais consequências para uma 'humanização' em contexto educativo. 2014. **Boletim informativo Cybercentro Castelo Branco**. Castelo Branco, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2404/1/A%20passagem%20da%20Web%20Henrique.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MEYER, A. I. da S. (2022). Conceituando a Educação a Distância. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 1, p. 590-601, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3835>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VAZ, M. L. de L.; RIBEIRO, F.; COSTA, L. A. da. Os desafios da educação a distância on-line e a remotividade na nova engenharia educacional. **Brazilian Journal of Science**, v. 1, n. 4, p. 79-86. Goiás, 2022. Disponível em: <https://www.brazilianjournalofscience.com.br/revista/article/view/79>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VIEIRA, D. M. L.; COSTA, L. A.; VAZ, M. L. L. Um novo olhar para a educação a distância. In: MACHADO, G. E.; COSTA, S. C.; SILVA, K. R. P. **Debates contemporâneos: perspectivas e reflexões atuais**. Santa Maria: Arco, 2021.

Bibliografia Complementar:

BAPTISTA, M. M. Internet: auxílio à educação. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 16, p. 37- 44, [s. l.], 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23717>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.

PIVA, D. J.; PUPO, R.; GAMEZ, L. et al. **EAD na prática**: planejamento, métodos e ambientes de educação on-line. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: A criança como produtora cultural

Ementa: A construção social e cultural da infância e do ser criança no Brasil. A criança, a produção cultural e a educação da infância. A cultura mercadológica, tecnológica, midiática e lúdica para a criança. Infância, linguagens e experiências: implicações pedagógicas.

Competências e Habilidades:

- · Refletir sobre a construção social e cultural da infância e do ser criança no Brasil;
- · Reconhecer as diferentes culturas e contextos da educação da infância em sintonia com as mudanças sociais mais amplas;
- · Analisar a cultura contemporânea revelada pelo consumo de mercadoria, tecnologia, mídia e ludicidade.
- · Entender sobre a infância e suas linguagens e experiências, bem como as possíveis implicações pedagógicas necessárias para a construção cultural de sua humanidade.

Conteúdo Programático 1: A construção cultural da infância no Brasil.

Conteúdo Programático 2: Criança, produção cultural e educação da infância.

Conteúdo Programático 3: A criança contemporânea: consumo, tecnologia, mídia e lúdico.

Conteúdo Programático 4: Infância, linguagens e experiências: implicações pedagógicas.

Bibliografia básica:

ANGOTTI, Maristela (org). A educação infantil em Diálogos. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Culturas escolares, culturas de infância e culturas familiares: As Socializações e a escolarização no entretecer destas

culturas. IN: Educ. Soc, Campinas, v.28, n.100- Especial, p.1059-1083, out.2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 02/07/2021.

BELLONI, Maria Luiza. O que é sociologia da infância. Campinas: Acadêmico de bolso, 2009.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; PRADO, Patrícia Dias (orgs). Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças. 3ª ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2009.

MAGALHÃES, Claudio M et al (orgs). A criança e a produção cultural: do brinquedo à literatura. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.

Bibliografia complementar:

CORSARO, William A. Sociologia da Infância. 2. ed., Porto Alegre: Artmed, 2011.

LIMA, José Milton de ; MOREIRA, Tony Aparecido ; LIMA, Marcia Regina Canhoto de. A Sociologia da Infância e a Educação Infantil: Outro Olhar para as crianças e suas culturas. IN: Revista Contrapontos Eletrônica, Vol.14, n. 1, p. 95-110, jan/abr. 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/Chaves/Downloads/5034-15795-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Chaves/Downloads/5034-15795-1-PB%20(1).pdf). Acesso em 06/07/2021.

SCHOR, Juliet B. Nascidos para comprar: uma leitura essencial para orientarmos nossas crianças na era do consumismo. Tradução: Eloisa Helena de Souza Cabral – São Paulo: Editora Gente, 2009.

MARCHI, Rita de Cássia e SARMENTO, Manuel Jacinto. Infância, normatividade e direitos das crianças. Transições Contemporâneas. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 141, p.951-964, out.-dez., 2017. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n141/1678-4626-es-es0101-73302017175137.pdf>. Acesso em 15 de jul. de 2021.

Disciplina: Legislação, políticas e inclusão na educação infantil

Ementa: Compreensão das políticas públicas para educação infantil em uma perspectiva inclusiva, seu contexto histórico e legislação. Análise da Base Nacional Comum Curricular e sua aplicação na Educação Infantil. Formação de professores para a atuação na Educação Infantil Inclusiva. Adaptação curricular e práticas em sala de aula: ações necessárias para o processo de inclusão no contexto da educação infantil.

Competências e Habilidades:

- Compreender o processo histórico da inclusão e seus desafios na Educação Infantil;
- Utilizar recursos para promover a inclusão em sala de aula;
- Realizar adaptação curricular considerando as especificidades do aluno;
- Gerenciar a diversidade em sala de aula com equidade.

Conteúdo Programático 1: As políticas públicas para educação infantil em uma perspectiva Inclusiva: contexto histórico e legislação.

Conteúdo Programático 2: A função do educador na construção de uma educação inclusiva.

Conteúdo Programático 3: Formação de professores para a atuação na Educação Infantil e as diretrizes oficiais.

Conteúdo Programático 4: Adaptação curricular e práticas em sala de aula: ações necessárias para o processo de inclusão no contexto da educação infantil.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 11 dez 2020

MANTOAN, M. T. E. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus Editorial, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo, Cultura e Sociedade. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia complementar :

ALMEIDA, Ordália Alves. A LDB e a formação do professor de educação infantil. Audiência Pública da Câmara dos Deputados. Brasília/DF, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9394. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão. Brasília, 2003.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação de Pedagogia. Brasília, 2006.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília, 2009.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. O conceito de flexibilidade curricular nas políticas públicas de inclusão educacional. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto et al. Inclusão: práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007.

MENDES, Eniceia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação. v. 11. n. 33 set./dez. 2006.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. Inclusão: um guia para educadores. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

UNESCO. Declaração de Salamanca. Salamanca, 1994.

Disciplina: Ludicidade, currículo e avaliação na educação infantil

Ementa: A influência da concepção de criança, ensino e aprendizagem na organização da prática pedagógica na Educação Infantil. A ludicidade e as interações como eixos norteadores da primeira etapa da Educação Básica. O Currículo e a Proposta Pedagógica para Educação Infantil: campos de experiência (BNCC), diálogos com Reggio Emilia e aproximações com a experiência de Pikler. Avaliação da aprendizagem na educação infantil: concepções, modalidades e a diversificação dos instrumentos avaliativos.

Competências e Habilidades:

- Organizar a prática pedagógica, o ensino e a aprendizagem a partir da concepção de criança protagonista, autora e autônoma.
- Identificar ludicidade e interações como eixos norteadores da primeira etapa da Educação Básica.
- Planejar ações do currículo e da proposta pedagógica para Educação Infantil com foco nos campos de experiência, nos diálogos com Reggio Emilia e nas aproximações com a experiência de Pikler.
- Reconhecer diferentes concepções e instrumentos avaliativos para Educação Infantil.

Conteúdo Programático 1: Concepção de criança, ensino e aprendizagem na Educação Infantil

Conteúdo Programático 2: Ludicidade e interações como eixos da Educação Infantil

Conteúdo Programático 3: Currículo e Proposta Pedagógica na Educação Infantil: campos de experiência, diálogos com Reggio Emilia e aproximações com Pikler.

Conteúdo Programático 4: Avaliação da aprendizagem e instrumentos avaliativos na Educação Infantil.

Bibliografia básica:

FALK, J. (org.). Educar os três primeiros anos: a experiência Pikler-Lóczy. São Carlos: Pedro e João Editores, 2021.

FARIA, A. L. G. FINCO, D. (org.). Sociologia da infância no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2011.

HOFFMANN, J. Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2012.

PIORSKI, G. Brinquedos do Chão: a natureza, o imaginário e o brincar. São Paulo: Peirópolis, 2016.

RINALDI, C. Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar e aprender. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília: MEC, 2017.

FRIEDMANN, A. A vez e a voz das crianças: escutas antropológicas e poéticas das infâncias. São Paulo: Panda Books, 2020.

OSTETO, L. E. (org.). Registros na educação infantil: pesquisa e prática pedagógica. Campinas: Papirus, 2017.

STACCIOLI, G. Diário do acolhimento na escola da infância. Campinas: Autores Associados, 2013.

Disciplina: Didática – planejamento e qualidade

Ementa: O ato de educar no território da Primeira Infância. Documentação pedagógica: O registro através do olhar e escuta dos bebês e crianças. A ação pedagógica através da reinvenção dos docentes. A qualidade de atendimento dentro da Educação Infantil.

Objetivo: Discutir as concepções do objeto de estudo da Didática, possibilitando o professor a atuar na educação infantil com propriedade e qualidade, assim sendo, reconhecendo suas práxis pedagógicas com olhar reflexivo e uma observação ativa do processo de aprendizagem com bebês e crianças.

Competências e Habilidades:

- Reconhecer a didática enquanto fundamento para práticas pedagógicas;
- Concluir que o território escolar é um espaço de interação e aprendizagem e que está sempre em movimento;
- Reconhecer a importância do planejamento e da qualidade como um ato no processo de ensino e aprendizagem;
- Identificar estratégias para executar suas práxis, distinguindo as diferentes formas de organização de espaços, tempos e interações.

Conteúdo Programático 1: O ato de educar no território da Primeira Infância

– Primeira Infância e suas interações no brincar.

– A compreensão dos campos de experiência na prática pedagógica

Conteúdo Programático 2: Documentação pedagógica: O registro através do olhar e escuta dos bebês e crianças.

2.1 – O registro para planejar e refletir sobre as práticas pedagógicas

– Carta de intenção e planejamento contínuo;

Conteúdo Programático 3: A ação pedagógica através da reinvenção dos docentes.

3.1– O cotidiano escolar e suas explorações.

3.2 – A socialização e suas linguagens.

Conteúdo Programático 4: A qualidade de atendimento dentro da Educação Infantil.

4.1 – A relação entre a qualidade dentro de uma pedagogia participativa.

4.2 – A influência dos Indicadores de qualidade na Unidade Escolar.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2017.

EDWARDS, C. et al. As cem linguagens das crianças. Porto Alegre: Artmed, 1996.

HOHAMANN, M.; et al. A criança em ação. 2. ed. Lisboa. 1979.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. Pascal, Christiane. Documentação Pedagógica e avaliação na educação infantil. Porto Alegre: Penso, 2019.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação, Currículo Integrador da infância paulistana. São Paulo: SME/DOT, 2015.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Currículo da cidade: Educação Infantil. – São Paulo: SME / COPED, 2019.

Bibliografia complementar :

GOLDSCHMIED, Elinor; JACKSON, Sonia. Educação de 0 a 3 anos: atendimento em creche. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

HORN, Maria da Graça de Souza. Sabores, cores, sons, aromas. A organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA, Mônica Appezato (orgs.). Pedagogia(s) da Infância: dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

RAPOPORT, Andrea. A adaptação de bebês à creche. Porto Alegre: Mediação, 2005.

Disciplina: Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem

Ementa: Desenvolvimento psicológico, motor e cognitivo da criança de zero a dez anos. Desenvolvimento psicológico, motor e cognitivo da criança de onze anos (pré-adolescente) ao fim da adolescência. Teorias psicológicas da aprendizagem. Alterações no percurso regular do desenvolvimento e da aprendizagem.

Competências e Habilidades:

- Conhecer processo de desenvolvimento da criança e do adolescente;
- Identificar os marcos do desenvolvimento e as expectativas para cada idade;
- Compreender os processos psicológicos relacionados ao desenvolvimento cognitivo;
- Construir conceituação acerca do sentido do aprender e da escolarização regular;
- Identificar casos que não correspondem à expectativa de desenvolvimento esperado para as diversas faixas etárias;
- Elaborar processos de intervenção em casos de alteração do percurso regular do desenvolvimento da aprendizagem;
- Construir repertório em relação à psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem.

Conteúdo Programático 1: Desenvolvimento psicológico, motor e cognitivo da criança de zero a dez anos.

Conteúdo Programático 2: Desenvolvimento psicológico, motor e cognitivo da criança de onze anos (pré-adolescente) ao fim da adolescência.

Conteúdo Programático 3: Teorias psicológicas da aprendizagem.

Conteúdo Programático 4: Alterações no percurso regular do desenvolvimento e da aprendizagem.

Bibliografia básica:

LA TAILLE, Yves de, OLIVEIRA, Marta Kohl de, DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon – teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 2019.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. (2013). Desenvolvimento humano. Porto Alegre: AMGH, 2021.

ROTTA, Newra Tellechea; OHLWEILER, Lygia; RIESGO, Rudimar dos Santos. Transtorno da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2015.

Bibliografia complementar:

BEE, H. A criança em Desenvolvimento. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FONSECA, V. Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SALVADOR, C. C.; GÓMEZ, I. A.; MARTÍ, E. Psicologia do Ensino. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Disciplina: Problemas e distúrbios de aprendizagem

Ementa: Fatores de influência para os problemas de aprendizagem; Distúrbios relacionados à leitura, à escrita e à matemática; limitações cognitivas e disfunções neurológicas como problemas de aprendizagem.

Competências e Habilidades:

- Discutir e caracterizar transtornos, distúrbios e dificuldades de aprendizagem;
- Conhecer as características da discalculia e da disortografia bem como entender os processos cognitivos;
- Conhecer as características da discalculia e seus tipos e fazer distinção da acalculia;

- Entender como outros transtornos do neurodesenvolvimento podem impactar e atrapalhar o processo de aprendizado.

Conteúdo Programático 1: Transtornos de Aprendizagem: caracterização e tipos.

Conteúdo Programático 2: Dislexia e disortografia: definição e descrição.

Conteúdo Programático 3: Discalculia: definição e descrição.

Conteúdo Programático 4: Outros transtornos do neurodesenvolvimento.

Bibliografia básica :

BARKLEY, R. A. et al. Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade. Manual para Diagnóstico e Tratamento. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

CAPOVILLA, F. C.; VALLE, L. E. L. R. Neuropsicologia e Aprendizagem. 3. ed. Ribeirão Preto: Novo Conceito Editora, 2011.

ROTTA, N. T. et al. Transtorno da Aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed. 2006.

SEABRA, M. A. B. (Org.) Distúrbios e transtornos de aprendizagem: aspectos teóricos. 1. ed. Curitiba, PR: Bagai, 2020.

TOPCZEWSKI, A. Aprendizado e suas dificuldades: como lidar? São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2021/lei-14254-30-novembro-2021-792022-publicacaooriginal-164005-pl.html>. Acesso em: 09 dez. 2021.

KLEIN, L. R. Alfabetização: quem tem medo de ensinar? Campo Grande, Mato Grosso do Sul: Cortez, 2002.

SAMPAIO, S.; FREITAS, I. B. (Orgs.). Transtornos e dificuldades de aprendizagem: entendendo melhor os alunos com necessidades educativas especiais. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

Disciplina: Tecnologia assistiva e comunicação alternativa

Ementa: Introdução à Tecnologia Assistiva: conceitos e definições; explicitando as origens e os objetivos da TA. Tecnologia assistiva, inclusão escolar e autonomia. Histórico da TA na legislação e nas políticas nacionais. ABNT, ISO e TA. O processo de desenvolvimento das ajudas técnicas. Características dos serviços de Tecnologia Assistiva – equipe multi/transdisciplinar. Barreiras para inclusão; sistemas de comunicação; recursos, técnicas e estratégias para Comunicação Aumentativa e Alternativa; símbolos na comunicação pictórica; tipos de símbolos; técnicas de seleção dos símbolos. Orientação sobre o uso de materiais e equipamentos de Tecnologia Assistiva na educação. Inclusão digital e educação. Softwares Educativos e objetos de Aprendizagem; recursos de acessibilidade para dispositivos móveis (aplicativos para acessibilidade); recursos de acessibilidade ao computador; Design universal e Design Universal para Aprendizagem. Atendimento Educacional Especializado e salas de recursos multifuncionais: população alvo. Recursos e tecnologia aplicados no AEE. Metodologias na sala de recursos e atribuições do professor; planejamento do desenvolvimento do aluno – PDI. Auxílios para a vida diária e ajudas técnicas individuais: órteses e próteses; adequação postural; auxílios de mobilidade; auxílios para cegos ou para pessoas com visão subnormal; auxílios para pessoas com surdez ou déficit auditivo.

Conteúdo Programático 1: Introdução à Tecnologia Assistiva: conceitos e definições; explicitando as origens e os objetivos da TA; Tecnologia assistiva, inclusão escolar e autonomia; Histórico da TA na legislação e nas políticas nacionais; ABNT, ISO e TA. Ajudas técnicas ou tecnologia assistiva. O processo de desenvolvimento das ajudas técnicas. Características dos serviços de Tecnologia Assistiva – equipe multi/transdisciplinar.

Conteúdo Programático 2: Barreiras para inclusão; sistemas de comunicação; recursos, técnicas e estratégias para Comunicação Aumentativa e Alternativa; símbolos na comunicação pictórica; tipos de símbolos; técnicas de seleção dos símbolos.

Conteúdo Programático 3: Orientação sobre o uso de materiais e equipamentos de Tecnologia Assistiva na educação. Inclusão digital e educação. Softwares Educativos e objetos de Aprendizagem; recursos de acessibilidade para dispositivos móveis (aplicativos para acessibilidade); recursos de acessibilidade ao computador; Design universal e Design Universal para Aprendizagem.

Conteúdo Programático 4: Atendimento Educacional Especializado e salas de recursos multifuncionais: população alvo. Recursos e tecnologia aplicados no AEE. Metodologias na sala de recursos e atribuições do professor; planejamento do desenvolvimento do aluno – PDI. Auxílios para a vida diária e ajudas técnicas individuais: órteses e próteses; adequação postural; auxílios de mobilidade; auxílios para cegos ou para pessoas com visão subnormal; auxílios para pessoas com surdez ou déficit auditivo.

Bibliografia:

BATISTA, C. A. M. Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. Brasília: MEC/SEESP, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defmental.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BERSCH, R. Introdução à tecnologia assistiva. Porto Alegre: Assistiva, 2013. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. COMITÊ DE AJUDAS TÉCNICAS. Tecnologia Assistiva. Brasília: Comitê de Ajudas Técnicas, 2009.

CARLETTO, A. C.; CAMBIAGHI, S. Desenho Universal: um conceito para todos. São Paulo: Instituto Mara Gabrili, [s.d]. Disponível em:

<http://www.vereadoramaragabrilli.com.br/files/universal_web.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

DAMASCENO, L.; FILHO, T. G. As novas tecnologias como tecnologia assistiva: utilizando os recursos de acessibilidade na educação especial. Anais do III Congresso Ibero-Americano de informática na educação especial. Fortaleza: MEC. 2002. p. 1-11.

DELIBERATO, D. Comunicação Alternativa: informações básicas para professores. In: OLIVEIRA, A. A. S.; OMOTE, S.; GIROTO, C. R. M. Inclusão Escolar: As contribuições da educação especial. Marília: FUNDEPE, 2008.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. Alunos com deficiência e seu direito à Educação: trata-se de uma Educação Especial? In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.). O Desafio das Diferenças nas Escolas. Editora Vozes: Petrópolis – RJ, 2008

MANTOAN, M. T. E. A escola e suas transformações a partir da educação especial na perspectiva inclusiva - Relatório III. 1. ed. Campinas: Librum Editora, 2014. v. 1. 191p.

MARRA, A. C. G.; MENDES, R. H. Guia para produção de material didático inclusivo. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2014.

Demais referências:

ABNT. NBR 15.599. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2008.

ABNT. NBR 16.537. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2016.

BRASIL. Base Nacional Curricular Comum. Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008; decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. -- 4. ed., rev. e atual. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011. Disponível em:

<<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaoopessoascomdeficiencia.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

DELIBERATO. D. Seleção, adequação e implementação de recursos alternativos e/ou suplementares de comunicação. In: PINHO, S. Z.; SAGLIETTI, J. R. C. (Org.). Núcleo de ensino. São Paulo: UNESP, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 31 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, M. P. Municípios construindo acessibilidade: o que todo prefeito deve saber. Laboratório ADAPTSE, 2009. Disponível em: <<http://www.adaptse.org/172>>.

HANLINE, Mary Frances; NUNES, Debora; WORTHY, M. Brandy. Augmentative and alternative communication in the early childhood years. Beyond The Journal / Young Children on the Web, jul. 2007. Disponível em: <<http://www.naeyc.org/files/yc/file/200707/BTJHanline.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. Revista Educación y Pedagogía, Medellín, v. 22, n. 57, p. 93-109, Mai-Ago 2010.

Disciplina: *Diagnóstico e estratégias de intervenção para TEA*

Ementa: Desenvolvimento, prognóstico e diagnóstico do TEA. A importância do ambiente escolar e familiar na detecção precoce. Aplicações e testes no contexto

clínico. Intervenções nos processos de aprendizagem acadêmica e social. Principais técnicas da ABA direcionadas ao TEA.

Competências e Habilidades:

- Conceituar as principais modalidades de terapias para intervenções no TEA;
- Compreender os métodos mais adequados para o diagnóstico clínico;
- Conhecer as possibilidades de treinamentos das habilidades sociais baseados em evidências científicas.

Conteúdo Programático 1: Critérios, características essenciais e diagnósticos.

Conteúdo Programático 2: A detecção precoce no ambiente escolar e familiar.

Conteúdo Programático 3: Testes práticos e aplicações no contexto da aprendizagem.

Conteúdo Programático 4: Análise do Comportamento Aplicado. Terapia Ocupacional. Reorganização Sensorial. Outras terapias e intervenções.

Bibliografia Básica:

BAPTISTA, Claudio Roberto et al. **Autismo e educação**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DUMAS, Jean E. **Psicopatologia da infância e da adolescência**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

VOLKMAR, Fred R. **Autismo: guia essencial para compreensão e tratamento**. Porto Alegre : Artmed, 2019.

Bibliografia Complementar:

CAMINHA, Vera Lúcia Prudência dos Santos et al. **Autismo: vivências e caminhos**. São Paulo: Blucher, 2016.

PAPALIA, Diane & FELDMAN, Ruth E. **Desenvolvimento Humano**. 14 ed. Porto Alegre: Artmed, 2021.

SELLA, Ana Carolina & RIBEIRO, Daniela Mendonça (org.). **Análise do comportamento aplicada ao transtorno do espectro autista**. Curitiba: Appris, 2018.

Disciplina: As linguagens da arte e a criança

Ementa: Arte é um termo que vem do latim e que significa técnica/habilidade e está ligada à história humana e suas relações com o mundo. Suas definições variam de acordo com a época e cultura e sua história consiste em uma ciência que estuda os movimentos artísticos, as modificações na valorização estética, as obras de arte e os artistas. A arte na educação tem como meta o desenvolvimento do pensamento artístico, que se caracteriza como um modo específico de dar sentido às experiências das pessoas, pela ampliação da sensibilidade, da percepção, da reflexão e da imaginação. Aprender Arte envolve, basicamente, fazer, apreciar e refletir sobre as produções artísticas individuais e coletivas de distintas culturas e épocas e promove o desenvolvimento de habilidades cognitivas, o desenvolvimento da psicomotricidade, da coordenação motora, de habilidades socioemocionais, da imaginação e da criatividade das crianças, e promove o desenvolvimento da inteligência emocional, na formação da personalidade e na maturidade psicológica dos indivíduos.

Objetivo: Compreender a importância da Arte como componente curricular obrigatório, definida por quatro meios ou quatro linguagens: artes visuais, dança, música e teatro, na formação da criança e a sua contribuição para o processo educativo.

Competências e Habilidades:

- Desenvolver percepções e diferentes perspectivas a respeito de um mesmo tema por meio de vivência de experiências estéticas que envolvem ideias, valores e sentimentos, experiências estas que envolvem o sentir e também o pensar e o interpretar.
- Refletir sobre a constituição da arte como área de conhecimento e suas contribuições para a efetivação de uma educação integral da pessoa e compreender a evolução histórica das tendências pedagógicas no ensino de arte no Brasil.

- Respeitar a criação da criança nas suas diferentes produções como modo de favorecer a capacidade de expressão, atribuindo sentido ao mundo por meio das linguagens artísticas.
- Planejar, desenvolver e avaliar processos de ensino-aprendizagem em arte como meios de pensar criticamente o processo educativo em suas dimensões: ética, cultural, política e social.
- Adequar objetivos, conteúdos e metodologias específicas das diferentes áreas à diversidade dos alunos e à promoção da qualidade da educação para adaptar situações novas de forma flexível e reflexiva, avaliando as implicações de suas escolhas, construindo verificações e autocorrigindo-se quando julgar necessário.
- Elaborar projetos e trabalhos científicos que contribuam para o desenvolvimento das concepções artístico educacionais, fazendo uso dos recursos tecnológicos na produção, na organização e na transmissão dos conhecimentos.
- Atuar em diferentes contextos da prática profissional, escolares ou não escolares e ser capaz de buscar soluções que revertam as dificuldades diagnosticadas no exercício cotidiano da atuação profissional. Conhecer experiências de ensino de arte em espaços de educação não-formal.

Conteúdo Programático 1: Percurso histórico sobre o ensino da arte educação no Brasil: as diferentes concepções e metodologias do ensino de arte.

Da Missão Artística Francesa em 1816, e o modelo Neoclássico, ao século XX: o modernismo e o ensino de arte.

Pressões e mudanças: a ditadura militar de 1964 e o ensino de arte.

Anos 1980 e as novas concepções da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): pós-modernismo.

O ensino de arte contemporâneo: arte na BNCC.

Conteúdo Programático 2: Concepções e tendências formativas:

As pedagogias, tradicional e renovada, e suas relações com o ensino de arte.

Arte como um saber, arte como expressão.

Arte como linguagem e construção de sentidos.

Arte como produto da História e da multiplicidade de culturas.

Conteúdo Programático 3: As linguagens da arte: artes visuais e teatro.

Artes visuais:

A criação de formas plásticas e visuais: desenho, pintura, colagem, modelagem, instalação,

fotografia;

Leitura dos elementos básicos que compõem as artes visuais;

Contextualização das obras de artistas de diferentes épocas e culturas.

Teatro:

Elementos da linguagem dramática: espaço cênico, personagem e ação dramática.

Jogo teatral e jogo dramático: especificidades;

Metodologias de ensino de teatro: jogos teatrais de Viola Spolin e teatro do oprimido de Augusto Boal.

Conteúdo Programático 4: As linguagens da arte: dança e música.

Dança:

Experimentação de movimentos considerando as características individuais e as relações entre elementos como tempo, espaço e forma.

Apreciação e leitura de danças locais, regionais e nacionais.

Ação corporal, plástica e sonora integradora com as atividades afetivas e cognitivas, num desenvolvimento da inteligência, não separando a razão da emoção.

Expressão corporal motora. Movimentos – correr, pular, andar, sentar, agachar, engatinhar, rolar e outros.

Música:

Percepção dos elementos da linguagem musical: som, silêncio, grave/agudo, forte/fraco, curto/longo, ritmo, melodia, harmonia.

Exploração de diferentes fontes sonoras: corpo, voz, objetos sonoros, instrumentos.

Improvisação, composição e registro de obras musicais.

Apreciação e leitura de músicas de diferentes épocas e culturas.

Bibliografia básica:

BARBOSA, Ana Mae. INQUIETAÇÕES E MUDANÇAS NO ENSINO DA ARTE. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

DUARTE, João Francisco Jr. Por que arte-educação? Campinas: Papirus, 1985.

COSTELLA, Antônio Fernando. Para apreciar a arte: roteiro didático. São Paulo: Senc, 2017. Disponível em: <https://www.bibliotecadigitalsenac.com.br/?from=busca%3FcontentInfo%3D980%26term%3Darte&page=2§ion=0#/legacy/980> Acesso em: 28 jul.2021.

KOHL, Maryann F.; RAMSEY, Renee; BOWMAN, Dana. Iniciação a arte para crianças pequenas. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MARQUES, Isabel A. Revisitando a dança educativa moderna de Rudolf Laban. Sala Preta 2. São Paulo: ECA-USP, 2012, p. 276-281.

PENNA, M. Reavaliações e buscas em musicalização. São Paulo: Loyola, 1990.

ROSA, Wagner. Artes cênicas. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017. Disponível em: <https://biblioteca-virtual.com/detalhes/ebook/6087051754aa8872fb6669b8> Acesso em: 28 jul.2021.

SABINO, Kelly. Expressão e arte na infância. São Paulo: Secan, 2018. Disponível em: <https://www.bibliotecadigitalsenac.com.br/#!/busca?contentInfo=461&term=arte> Acesso em: 28 jul.2021.

Bibliografia complementar:

BARBOSA, Ana Amália; MINERINI NETO, José. História da Arte: do moderno ao contemporâneo. São Paulo: Senac, 2019. Disponível em: <https://www.bibliotecadigitalsenac.com.br/?from=explorar%2F2962%2Fall%3FcontentInfo%3D2529#/legacy/epub/2529> Acesso em: 28 jul.2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, n. 9.394 de 20 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.278, de 02 de maio de 2016. Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Seção 1.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. v.3 Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. 103p.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: arte. Brasília: MEC/SEF, 1997. 130p

BRITO, Teca Alencar de. Música na educação infantil. São Paulo: Peirópolis, 2003.

JEANDOT, Nicole. Explorando o Universo Sonoro. São Paulo: Editora Scipione, 1990.

LOUREIRO, Alícia Maria Almeida. O ensino de música na escola fundamental. Campinas: Papirus, 2003.

MARQUES, Isabel A. Ensino de dança hoje: textos e contextos. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MARYANN F. Kohl. O Livro dos Arteiros: Arte grande e suja! Porto Alegre: Artmed, 2007.

MÁRSICO, Leda Osório. A criança no Mundo da Música: uma metodologia para educação musical da criança. Porto Alegre: Rígel, 2003.

SAMPAIO, Jurema L.F. "O que se ensina e o que se aprende nas licenciaturas em artes visuais a distância?". São Paulo, ECA USP, 2014. Tese de doutorado. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27160/tde-03062014-151612/publico/juremasampaiodoutorado.pdf> Acesso em: 28 jul.2021.

SAMPAIO, Jurema L.F. e LOURENÇO, Janaina do Carmo. Arte e cultura popular. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018. e-Book. Disponível em: <https://biblioteca-virtual-cms-serverless-prd.s3.us-east-1.amazonaws.com/ebook/1587-arte-e-cultura-popular.pdf> Acesso em: 28 jul.2021.

SCHAFER, Murray. A afinação do mundo. São Paulo: EDUNESP, 2001. _____. O ouvido pensante. São Paulo: EDUNESP, 1991

WEIGEL, Anna Maria Gonçalves. Brincando com a Música. Porto Alegre: Editora Kuarup - 1988.

13. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.
- 2Gb de Memória RAM.
- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bits e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.
- Adobe Flash Player (atualizado).
- *Plugin* de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.
- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

